



## **Conselho para as Migrações**

### **Ata**

#### **Reunião de 17 de maio de 2016**

No dia dezassete do mês de maio de dois mil e dezasseis, pelas 16:30 horas, reuniu em Assembleia, o Conselho para as Migrações, adiante designado por CM, nas instalações da Presidência do Conselho de Ministros, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações Gerais;
2. Apresentação do Programa SIM - Sustentabilidade Impacto Mudança;
3. Apreciação das candidaturas apresentadas pelas Associações de Imigrantes no âmbito do PAAI;
4. Apresentação do modelo de funcionamento das secções especializadas;
5. Apresentação da proposta de alteração à Lei da Discriminação;
6. Debate aberto à participação dos/as Conselheiros/as;
7. Encerramento dos trabalhos

Presidiu à reunião o Senhor Alto-comissário para as Migrações, Pedro Calado, adiante designado Alto-Comissário.

Esteve presente na reunião a Senhora Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Catarina Marcelino.

Estiveram presentes os membros do Conselho constantes na lista de presenças da reunião.



Para dar início à reunião o Alto-comissário deu as boas vindas aos Conselheiros/as informando que a Senhora Secretária de Estado se juntaria mais tarde à reunião para apresentação da proposta de alteração à Lei da Discriminação.

No primeiro ponto da ordem de trabalhos - dedicado a informações gerais - foram colocadas a votação as atas das reuniões do CM dos dias 15 de outubro de 2015 e 03 de fevereiro de 2016, que foram aprovadas por unanimidade.

Seguidamente informou os Conselheiros/as do conteúdo das pastas, tendo feito menção ao documento relativo aos procedimentos a ter em conta para efeitos de reembolsos das despesas dos Conselheiros/as nas suas deslocações às reuniões do CM.

Informou que a RTP notificou o ACM para a designação de um representante do CM no Conselho de opinião e, para esse efeito, foi enviado um e-mail a solicitar propostas aos Conselheiros/as do CM. Esclareceu terem sido rececionadas três propostas que vão ser colocadas a votação durante a reunião. As propostas recebidas foram: a proposta da Conselheira Ana Patrícia Machado, da Autoridade para as Condições do Trabalho; do Conselheiro Carlos Vianna, representante da Comunidade Brasileira e do Conselheiro Lívio de Moraes, representante da Comunidade Moçambicana. Para garantir um procedimento transparente e democrático mas também sujeito a confidencialidade, informou terem sido preparados uns boletins de voto e uma urna que circulará pela sala. Salientou, também, que cada entidade ou comunidade apenas terá direito a um voto.

Posteriormente o Alto-comissário deu a palavra aos candidatos para, em breves minutos, informarem dos principais motivos da sua candidatura.



O Conselheiro Lívio de Moraes referiu que a representação das comunidades migrantes no Conselho de Opinião da RTP é muito importante e que o ano de 2016 é um ano de entendimento global, sendo muito importante a capacidade de ouvir e fazer-se ouvir.

O Conselheiro Carlos Vianna referiu que contacta muito com a comunicação social, sendo a Casa do Brasil um lugar de referência. Durante os vinte e seis anos em que milita no associativismo tem participado em inúmeras ações e programas da comunicação social.

A Conselheira Ana Patrícia Machado manifestou toda a disponibilidade e interesse em tratar das matérias relativas ao CM no órgão em causa.

Ainda no âmbito das informações gerais, o Alto-comissário informou que foi colocado nas pastas uma sucinta apresentação sobre o Fundo de Asilo Migração e Integração (FAMI) apresentado pela Senhora Ministra da Administração Interna, no MAI. Acrescentou que este fundo sucede ao FEINPT e pretende alicerçar muitas das iniciativas nos próximos sete anos. O ACM é autoridade delegada, no objetivo específico 2, da integração, juntamente com o SEF, e prevê-se a abertura das primeiras candidaturas ainda em maio.

Informou, também, estar a decorrer até 15 de julho a segunda edição do Prémio de Comunicação pela Diversidade Cultural. Prémio que o ACM atribui anualmente a peças de comunicação que promovam e valorizem a diversidade em várias categorias. Solicitou aos Conselheiros/as apoio na divulgação pelas suas redes de contactos.

Comunicou, ainda, que durante os meses de março e abril foram implementados 90 projetos no âmbito do Programa Escolhas, 6ª Geração, com execução até 31 de dezembro de 2018. Foram aprovados 88 projetos em território nacional e pela primeira vez, 2 projetos de âmbito internacional, um em Londres e outro no

Luxemburgo. Está previsto abrir em setembro novas candidaturas para projetos que terão início em janeiro de 2017 com uma duração de dois anos.

Mencionou a subscrição da Carta Portuguesa para a Diversidade, em parceria com outros organismos, com o objetivo de incentivar empresas do setor privado e público a terem melhores práticas de gestão da diversidade entendida no seu mais amplo sentido. Esta Carta dará origem à criação de um selo que distinguirá as empresas com melhores práticas e foi já subscrita por cerca de 100 entidades.

Para terminar, relativamente ao processo de recolocação de refugiados, onde o ACM tem estado envolvido, num grupo de trabalho cuja coordenação técnica é feita pelo SEF, Portugal está na linha da frente quanto à recolocação de refugiados. À data de hoje 211 pessoas foram recolocadas em Portugal e o balanço é positivo, estamos a conseguir cumprir o desafio civilizacional que nos foi atribuído.

Acrescentou que têm sido realizadas diversas campanhas, algumas com grande impacto como é exemplo da Campanha “E se fosse eu”, que no dia 6 de abril, em todas as escolas do país, os alunos foram desafiados a preparar uma mochila como se fossem um refugiado. A campanha resultou de uma parceria da PAR, com a Direção Geral de Educação - Conselho Nacional de Juventude - e o Alto Comissariado para as Migrações.

Referiu, ainda, que na sequência de um desafio lançado na última reunião do CM, no sentido de se dar formação às Associações de Imigrantes sobre as questões do desenho das candidaturas e acesso aos fundos comunitários, foram desenvolvidas três ações de formação em março e abril com o apoio da Logframe em Lisboa, Porto, Faro e uma quarta formação *online* garantindo a participação das ilhas nestas formações. Verificou-se um saldo francamente positivo com a participação de 103 técnicos das Associações de Imigrantes.



Passando ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, o Alto-comissário referiu que está a ser ultimado com a Fundação Aga Khan e o Instituto do Empreendedorismo Social, uma formação robusta, muito à medida das necessidades das Associações de Imigrantes, designado por *Programa SIM Sustentabilidade Impacto Mudança*. Informou também terem sido convidadas a Dra. Sandra Almeida e a Dra. Cátia Santos, da Fundação Aga Khan, para uma breve apresentação do Programa (Apresentação em anexo).

No final da apresentação o Conselheiro Timóteo Macedo pediu a palavra para referir que, na qualidade de Conselheiro do CM, propunha a realização de um Conselho extraordinário para discussão das políticas de imigração e de endurecimento em relação a cidadãos que se encontram a trabalhar em Portugal com os seus direitos elementares e fundamentais delimitados. Solicitou que a reunião extraordinária contasse com a presença do Senhor Ministro e todos os Conselheiros para uma discussão aprofundada destas políticas. Fez também referência ao Despacho da Senhora Diretora Nacional do SEF, publicado em março, que está a originar situações de desespero para alguns cidadãos estrangeiros.

O Conselheiro Carlos Vianna solicitou que o documento de trabalho, ainda em aberto e que foi distribuído na reunião, também fosse tido em consideração e levado à tutela, dado ter detalhadas algumas situações de dificuldades acrescidas.

A Conselheira Luisa Valle interveio fazendo referência ao lançamento da *Plataforma Geofundos* que contou com o envolvimento de nove entidades; quatro Fundações - Fundação Gulbenkian, Fundação EDP, Fundação Montepio e Fundação PT - e a Cooperativa António Sérgio, que se juntaram com quatro organizações do setor da economia social, a CalltoAction, a Tese, a Stone Soupe e o Instituto de Empreendedorismo Social. Esta Plataforma visa ajudar as organizações da economia

social a encontrar fundos de financiamento para os seus projetos. Tendo em conta a fragilidade deste setor, a plataforma visa ajudar as Associações com os procedimentos de candidatura, informando ainda sobre os fundos disponíveis (a nível nacional e internacional), financiamento disponível e lista de entidades disponíveis para serem parceiros.

Na sequência da apresentação do Programa SIM, o Alto-comissário referiu que dada a importância do projeto, não queria deixar de o apresentar ao CM, para uma ronda de sugestões e/ou recomendações e neste sentido foi aberta uma ronda de comentários aos Conselheiros/as.

O Conselheiro Timóteo Macedo manifestou algumas reservas na forma de funcionamento na vertical e que a realidade tem mostrado que não funciona. Referiu que, por outro lado, surgem na tutela órgãos que não estão ligados às Associações. É importante que as Organizações formais participem, mas também deve existir a presença de grupos informais e a sociedade civil em geral. É importante que as dinâmicas próprias das Associações sejam respeitadas, o que muitas vezes não acontece. Mencionou que funcionaria melhor se os conceitos fossem partilhados entre as entidades e a sociedade civil.

O Conselheiro Eduardo Quinta Nova considerou ser uma iniciativa de grande importância e há muito sinalizada pelos Municípios. Há consciência de que é muito importante capacitar as instituições no sentido da sustentabilidade, contudo, tem sido muito difícil pôr em prática este objetivo. Referiu o valioso trabalho desempenhado pela Fundação Aga Khan no Conselho de Sintra que, no terreno, tem trabalhado no sentido da capacitação técnica, organizacional e financeira das instituições. Criar laços de confiança entre as Associações e as Instituições Públicas é um fator muito importante para melhorar a qualidade do funcionamento e a valorização dos



dirigentes e voluntários. Considerou que é um programa importante e que será importante para ajudar o tecido associativo. Solicitou uma apresentação do Programa às Associações de Imigrantes do Município de Sintra, convite extensível a todos os Municípios nacionais, dado o interesse em capacitar e melhorar o nível de intervenção destas instituições.

O Conselheiro Jerónimo David considerou ser um Programa de excelência e elogiou o trabalho da Fundação Aga Khan. Questionou sobre qual o critério de escolha relativo às Associações que foram contactadas e às quinze Associações seleccionadas para fazer parte do grupo.

O Conselheiro Lívio de Moraes referiu que se trata de um Programa que merece confiança e que representa uma mais-valia para os destinatários.

Não havendo mais comentários, o Alto-comissário passou a palavra à Dra. Sandra Almeida, que respondeu aos comentários dos Conselheiros referindo que o trabalho da Fundação nas comunidades tem um único ponto de partida que é acreditar no talento das pessoas. Na sua fase inicial, o Programa convida os participantes a afinarem o Projeto, sugerindo correcções e/ou alterações. E implica, ainda, a criação de um Comité de governação do projeto constituído por representantes das diferentes organizações que fazem parte do grupo inicial. Em resposta às questões do Conselheiro Jerónimo David, referiu que as Associações que participaram de início no grupo foram as que responderam ao convite lançado pelo ACM a todas as Associações. Quanto ao grupo inicial, ainda não está criado, há intenção de fazer uma apresentação mais detalhada do Programa e lançar um apelo à manifestação de interesse das Associações para participarem neste grupo inicial.

O Alto-comissário agradeceu os comentários esclarecendo que o Programa é voluntário, e será um processo de co aprendizagem.

Passando ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, acerca da apreciação dos pedidos de apoio anuais enviados ao ACM, passou a palavra à Dra. Clarisse Machado, do Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes do ACM, que fez a apresentação em anexo.

O Alto-comissário colocou à aprovação, por blocos, as candidaturas apresentadas. Colocado a votação o Grupo das Candidaturas com Dotação Financeira Disponível (total e parcial) foi aprovado por unanimidade.

Relativamente ao Grupo das Candidaturas sem Dotação Financeira Disponível, foi também ele aprovado por unanimidade.

Em relação ao Grupo das Candidaturas Sem Classificação Suficiente para Financiamento foi também aprovado por unanimidade.

O Conselheiro Timóteo Macedo pediu a palavra para referir que há Associações que não vão receber apoios mas que têm um trabalho válido e muito importante na sua área de intervenção. Propôs que passasse a existir uma possibilidade das mesmas recorrerem a outros fundos, como por exemplo apoios da Fundação Aga Khan, Fundação Gulbenkian ou outros.

No ponto da ordem de trabalhos dedicado às Secções Especializadas, o Alto-comissário lembrou que estão previstas no regulamento do Conselho para as Migrações a existência de quatro Secções, em tempos apresentadas ao Conselho, nas quais os Conselheiros já se inscreveram. Referiu, ainda, que irá ser apresentado um modelo de funcionamento autónomo de cada uma das Secções para que cada uma ganhe uma vida própria, uma dinâmica, um programa e plano de atividades próprio, numa lógica de liderança partilhada entre ACM e pessoas dessa subsecção que se voluntariem para em conjunto liderarem as subsecções. Propôs o agendamento ainda no primeiro semestre da primeira reunião de cada uma das subsecções. Por forma a agilizar o





4

processo referiu ainda que a apresentação será enviada a cada Conselheiro, que poderá enviar contributos.

De seguida o Alto-comissário passou a palavra à Dra. Cristina Casas para apresentação do modelo de funcionamento das secções especializadas, referindo, no entanto, que estaríamos aqui sujeitos ao modelo do contraditório, isto é, caso os Conselheiros entendam que não deverá ser este o modelo de funcionamento, poderão enviar comentários nesse sentido.

A Dra. Cristina Casas fez a apresentação do modelo de funcionamento das secções especializadas, em anexo.

O Alto Comissario acrescentou ainda que a ideia é começar pela apresentação de quatro estudos, apresentados no final de 2015 no Observatório das Migrações, para servirem como ponto de partida para uma discussão no sentido que cada secção entender como o mais adequado.

Passando ao seguinte ponto da ordem de trabalhos, dedicado à apresentação da proposta de alteração à Lei da Discriminação, a Senhora Secretária de Estado tomou a palavra referindo ser sempre um privilégio participar nas reuniões do Conselho tendo lamentado não ter conseguido, por motivos de agenda, estar logo no início. Mencionou que a apresentação da proposta de alteração à Lei da Discriminação é muito importante e não poderia deixar de estar presente. Informou que a metodologia que está a ser utilizada é a de apresentar a proposta e seguidamente enviar a proposta de diploma aos Conselheiros para que possam dar contributos na especialidade até ao dia 31 de maio.

Referindo-se às secções especializadas, considerou-as de grande importância por permitirem o aprofundamento dos assuntos. Referindo que é sua intenção e do

Senhor Ministro ter muito em breve uma reunião com as Organizações Não Governamentais para que de uma forma descomprometida e sem uma agenda rígida se consiga ter uma conversa sobre o que preocupa as organizações.

Passou de imediato à apresentação da proposta de alteração à Lei da Discriminação, referindo que é um diploma muito importante porque de facto há uma grande necessidade de aprofundamento da questão da alteração à Lei da Discriminação para que seja mais consentânea com as necessidades e com aquilo que devem ser as sanções hoje em dia (apresentação em anexo).

Após a apresentação, o Alto-Comissário deu a palavra aos Conselheiros para uma ronda de comentários.

O Conselheiro Carlos Vianna questionou sobre o grupo técnico que vai trabalhar, considerando de extrema importância um grupo com ação e que efetivamente trabalhe e analise os processos. Referiu ser importante que a Lei funcione e que resolva os casos de discriminação existentes.

O Conselheiro Timóteo Macedo considerou que se está a caminhar no bom sentido e que é preciso criminalizar todos os atos racistas e discriminatórios, contudo, considerou que o Estado vai ser o principal foco das situações de discriminação que existem em Portugal. Deu como exemplo uma cidadã Cabo Verdiana, desempregada de longa duração, à qual foi recusada uma formação profissional no centro de emprego de Vila Franca de Xira por não ser uma cidadã de nacionalidade portuguesa. Referiu, ainda, situações de discriminação na segurança social e nas finanças dado estarem a recusar inscrições de cidadãos estrangeiros. E, ainda, a situação do SEF de Braga que só atende cidadãos chineses acompanhados de advogado. Quanto à questão do rendimento social de inserção, referiu que um cidadão estrangeiro com autorização de residência caducada, fica com o rendimento suspenso, durante o

processo de renovação do seu título de residência que pode chegar a ser de sete ou oito meses.

O Conselheiro Eduardo Quinta Nova congratulou-se com a alteração à Lei da Discriminação por já se encontrar algo desatualizada face à realidade. Os princípios da igualdade e não discriminação são princípios basilares de qualquer estado de direito e é fundamental aperfeiçoar os regimes no sentido de garantir que ninguém é sujeito à discriminação com base na raça. Considerou a proposta de alteração à lei bastante inovadora e com algumas alterações importantes. Muito relevante considerou a questão da denúncia obrigatória, ou seja, saber qual o impacto e a dimensão desta situação. Relativamente à instrução, acompanhamento e aplicação das coimas por parte da Comissão, trata-se de uma solução muito ajustada porque se tem verificado que sempre que há uma entidade exterior a fazer a instrução do processo e a aplicar as coimas acaba por não ter a eficácia que se pretende. Considerou ser uma boa base de trabalho e ter que ser olhada com tempo e com uma perspetiva de participação para dar sugestões no sentido de melhoria. Este é talvez dos diplomas mais importantes e mais simbólicos na área da imigração.

A Conselheira Rodica Gherasim fez referência a uma situação de discriminação a estrangeiros que trabalham em “call center,” tendo mencionado o seu caso em particular. Mencionou que por vezes as pessoas recusam-se a falar com um/a cidadão/ã estrangeiro/a no centro de contacto e solicitam ser atendidos por um operador português. A Conselheira tentou saber junto da sua entidade patronal se poderia denunciar as pessoas que assim procedem tendo, contudo, sido informada de que deve a obrigação de sigilo dos dados pessoais. A Conselheira questionou o CM sobre de que forma se poderá ultrapassar esta situação e/ou se é possível denunciar estes casos.

Terminada a ronda de comentários, o Alto-comissário passou a palavra à Senhora Secretária de Estado.

A Senhora Secretária de Estado agradeceu os comentários dos Conselheiros e, respondendo ao Conselheiro Carlos Vianna, referiu que vai existir um gabinete técnico especializado que vai avaliar os processos e que no final leva à Comissão que irá discutir e avaliar com o técnico que instruiu o processo. É uma tentativa no sentido do aperfeiçoamento. A vantagem é a possibilidade de existir um corpo técnico específico e especializado para tratar estas matérias ao contrário de uma entidade externa que trata inúmeros assuntos. Há consciência de que, conforme está, a lei muitas vezes não permite que haja conclusão e sanção a quem é infrator, daí a tentativa de a melhorar.

Em resposta ao Conselheiro Timóteo Macedo, referiu que a discriminação não é de todo aceitável, independentemente de ser o Estado ou o setor privado a praticar o ato discriminatório. Deve ser sempre condenável. Relativamente ao Art.º88 da Lei de Estrangeiros informou que a lei não define quais os requisitos específicos para considerar se a pessoa está ou não legal em Portugal. É importante especificar o que é que se pede. O que tem acontecido em Portugal é que redes ilegais têm utilizado este artigo para, de forma ilícita conseguir regularizar cidadãos estrangeiros. É necessário encontrar um ponto de equilíbrio. Está a ser realizado um trabalho junto da segurança social no sentido da resolução desta questão, evitando que pessoas que cumprem todos os requisitos sejam prejudicadas.

Respondendo à Conselheira Rodica Gherasim, referiu que a denúncia pode ser feita sem referir os dados da pessoais e a Comissão poderá requerer à entidade os dados dessa mesma pessoa para avaliação da situação.

A Senhora Secretária de Estado terminou agradecendo a presença de todos os Conselheiro/as, referindo que aguarda contributos específicos para a Lei da Discriminação.

O Alto-comissário tomou a palavra anunciando o resultado da votação que decorreu durante a reunião para a eleição do representante no Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal. Informou terem votado vinte Conselheiros. O Conselheiro Lívio de Moraes obteve doze (12) votos, a Conselheira Ana Patrícia Machado obteve seis (6) votos e o Conselheiro Carlos Vianna dois (2) votos. Face ao resultado apurado o representante eleito para o Conselho de Opinião foi o Conselheiro Lívio de Moraes.

Aproveitou para sugerir a data da próxima reunião do Conselho para as Migrações para o dia 16 de setembro às 11h, provavelmente na Presidência do Conselho de Ministros, sendo que até esta data realizar-se-ão as primeiras reuniões das subsecções.

No encerramento, a Senhora Secretária de Estado agradeceu a participação e intervenção dos/as Conselheiros/as, salientado que o trabalho em conjunto é uma mais-valia para melhorar os procedimentos no Estado. As ONG e as Associações têm um conhecimento e avaliação do terreno que é muito importante para as instituições do Estado. Brevemente realizar-se-á uma reunião com as ONG e Associações para uma conversa mais aprofundada sobre as questões preocupantes da lei de estrangeiros e outras.

Nada mais havendo a dizer ou informar, a Senhora Secretária de Estado deu por encerrada a reunião pelas 19 horas.

---

A Ata foi aprovada na reunião do Conselho para as Migrações, de 07 de dezembro de 2016.

Lisboa, 07 de dezembro de 2016

O Alto-comissário para as Migrações  
Coordenador Nacional do Programa Escolhas

